

UNANIMIDADE

Portal de segurança com detector de metal nas escolas municipais

Acesso será condicionado à passagem pelo detector de metais

ASSESSORIA / Redação DS

Como alternativa de prevenção a violência nas escolas, os vereadores aprovaram projeto de lei que torna obrigatória a instalação de portais com detectores de metais nas unidades da rede pública municipal.

Segundo o Projeto de Lei (PL nº 09/2023) de autoria dos parlamentares Eduardo Sanches (REPUBLICANOS), Ademir Anibale (MDB), Horácio Pereira (UB) e Fabio Brito (PSDB), o acesso às unidades de ensino será condicionado à passagem pelo detector de metais, “os detectores de metais fixos

deverão ser instalados nas entradas dos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal, devendo os alunos e funcionários, bem como todas as pessoas que adentrarem às unidades, serem submetidos aos referidos equipamentos”, cita trecho do projeto que tramitou em discussão única e obteve

“
As pessoas que adentrarem as unidades, serão submetidos aos referidos equipamentos

aprovação unânime do parlamento municipal, com 11 votos favoráveis, e segue para sanção do Exe-

cutivo, que terá 120 dias, prazo determinado na proposta, para enquadrar todas as escolas a medida.

De acordo com um dos proponentes do projeto, vereador Eduardo Sanches a decisão foi reforçada pelos últimos acontecimentos que ocorreram em escolas, com a morte de uma professora em uma das ações criminosas e outra que vitimou quatro crianças. “Nós entendemos a complexidade do assunto e esse é um primeiro passo que a Câmara Municipal avança nessa questão”, destaca o vereador, ao informar que além do projeto apresentou ainda uma cartilha com 11 ações de segurança. “Apresentamos esse material também, com ações que devem ser promovidas pelo Executivo municipal para que se torne tema realmente de políticas públicas e que



Projeto segue para sanção do Executivo

possam ser debatidos ao longo dos anos. Sabemos que não é uma única ação que vai gerar resultado, mas é o primeiro passo para que Tangará se posicione referentes a questão e que a gente possa então avançar com a instalação das portas metálicas que vai aumentar a segurança ofensiva nas creches municipais para pais alunos e equipe pedagógica do nosso município”, ressalta Sanches.

Para o vereador Pro-

fessor Sebastian Ramos, Presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores a aprovação trará ganhos efetivos para todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. “Estamos trabalhando permanentemente no enfrentamento violência onde a patrulha escolar tem se desdobrado na tentativa também de oferecer a sensação de segurança às escolas e ao município”, assegura Sebastian.



Serão, ao todo, 13 operações de fiscalização

PLANO NACIONAL DO INMETRO

Ipem fiscaliza balanças, bombas de combustível e instrumentos de medição

O plano nacional prevê a fiscalização e orientação

GREYCE LIMA / Sedec - MT

O Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso (IPEM-MT) iniciou nesta terça-feira, dia 11, a aplicação do Plano Nacional Vigilância de Mercado do Inmetro, por meio de fiscalizações, para coibir a comercialização irregular de produtos ou instrumentos de medição no mercado formal. As ações ocorrem em todo o Estado até o dia 06 de junho.

Conforme o planejamento, serão, ao todo, 13 operações de fiscalização na Capital e no Interior, ao longo de 90 dias. No período, os fiscais realizam visitas em estabelecimentos comerciais varejistas

e atacadistas, distribuidoras, fábricas, depósitos de importadores e empresas que utilizem instrumentos de medição regulamentados pelo Inmetro. Nesta primeira semana, a operação intensificará as ações na fiscalização de balanças comerciais.

O presidente do IPEM-MT, Bento Bezerra, destacou que a determinação nacional do Plano Nacional Vigilância de Mercado do Inmetro foca no setor

“
Operações de fiscalização serão na Capital e no Interior, ao longo de 90 dias

industrial, e que o planejamento aponta em específico a fiscalização de 13 produtos/instrumentos de medição. “Além de garantirmos a qualidade e segurança destes produtos, vamos combater a pirataria, a comercialização de baixa qualidade que prejudica o consumidor e também as empresas que produzem esses instrumentos. Esse trabalho foi desenvolvido para fortalecer ainda mais o desenvolvimento industrial”, afirmou o presidente.

O plano nacional prevê a fiscalização e orientação. Os estabelecimentos em que forem identificadas irregularidades terão que corrigir os procedimentos e, em caso de reincidência, poderão ser aplicadas multas de R\$ 100 a R\$ 1,5 milhão, além de sanções como apreensão do produto e perda do registro do Inmetro.